

REDAÇÃO DOS ARTIGOS DE ESTATUTO DO LACNIC ANTERIOR AO PROJETO DE REFORMA A CONSIDERAR-SE NA ASSEMBLÉIA DE MEMBROS DE MAIO DE 2008.

ARTIGO 5: A estrutura do LACNIC inclui os seguintes elementos:

- a) Os membros: em quem está o poder da instituição;
- b) A assembleia, que é o órgão soberano da instituição;
- c) A junta de diretores, que controla e administra a instituição;
- d) O órgão de controle; que controla o funcionamento da instituição e as ações da junta de diretores;
- e) O comitê eleitoral; o qual está encarregado da organização das eleições;
- f) Os comitês; os quais executam as ações diversas da instituição.

ARTIGO 13: Haverá duas classes de Assembleias Gerais: Ordinárias e Extraordinárias. As Assembleias Ordinárias acontecerão uma vez por ano, dentro dos primeiros seis meses posteriores ao fechamento de exercício cuja data final será em 31 de Dezembro de cada ano e nelas deverá:

- a. considerar, aprovar ou modificar o relatório, balanço geral, inventário, gastos e recursos e informativo do Órgão de Fiscalização,
- b. escolher, em seu caso os membros do Órgão de Fiscalização e Comissão Eleitoral,
- c. fixar a quota social e determinar pautas para sua atualização se corresponder, as que serão instrumentadas pela Diretoria,
- d. tratar qualquer outro assunto incluído na ordem do dia,
- e. tratar os assuntos propostos por no mínimo 5% dos sócios e apresentados a Diretoria dentro dos 30 dias de fechado o exercício anual.

** artigo modificado na Assembleia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 14: As Assembleias Extraordinárias serão convocadas sempre que a junta julgar necessário, ou quando pedido pelo órgão do controle, pelo comitê eleitoral ou por 5% dos membros com direito a votos. Estes pedidos deverão estar resolvidos dentro de um prazo de 10 dias, e a Assembleia será presidida em até 30 dias subsequentes a esta. Se o pedido não for considerado nem recusado sem a base devida, o órgão do controle poderá ser requerido a convocar sob os mesmos termos e procedimentos.

ARTIGO 15: As Assembleias serão convocadas por circulares emitidas ao domicílio ou ao correio eletrônico dos sócios com 30 dias de antecedência. Os sócios deverão considerar, com a mesma antecedência, o Relatório, Balanço Geral, Inventário, Gastos e Recursos e Informativo do Órgão de Fiscalização. O projeto das reformas ao Estatuto ou regulamentos deverá estar à disposição dos sócios com o mesmo prazo, quando forem submetidas à consideração da Assembleia. Nas Assembleias não poderão ser tratados outros assuntos além dos incluídos na ordem do dia, a não ser que haja unanimidade dos sócios e vote-se unanimemente pela incorporação do tema.

** artigo modificado na Assembleia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 17: As resoluções serão adotadas pela maioria absoluta dos votos emitidos salvo quando este se refira expressamente a outras maiorias. Os membros da Diretoria e do Órgão de Fiscalização não poderão votar em assuntos relacionados com a sua gestão. Os sócios que se juntem quando o ato já tiver começado, só votarão nos pontos ainda não resolvidos. Em caso de decisões que afetem os requisitos e condições das categorias de associados estabelecidas no artigo 6º, será solicitada a conformidade da maioria

absoluta dos Associados Ativos presentes. Estes requisitos somam-se aos estabelecidos especificamente para reformar os Estatutos.

** artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

CAPÍTULO V

DIRETORIA. COMISSÃO ELEITORAL E ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

ARTIGO 20: LACNIC será dirigida e administrada por uma Diretoria composta por seis membros titulares, a respeito dos quais não poderão ser eleitos mais do que dois Diretores que tenham residência legal no mesmo país, ou mais de um Diretor que se encontre vinculado por motivos de emprego ou assessoria a uma mesma Companhia e/ou a uma Sociedade Vinculada a esta, radicadas ou não em um mesmo país. Estes membros titulares serão distribuídos pela Diretoria entre os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, tesoureiro e segundo tesoureiro. O mandato dos diretores durará três anos, podendo haver reeleição. Serão renovados parcialmente a cada ano em grupos de 2 cargos. O Diretor Executivo/CEO participará das reuniões da Diretoria com direitos equivalentes a um Diretor, mas sem voto.

Os membros da diretoria atuarão como indivíduos e não como representantes das organizações membros a que pertencem.

A eleição dos seis diretores mencionados será realizada de acordo com o que foi estabelecido nos Artigos 24 e 25. A cada ano, além da renovação de membros, a Diretoria designará os cargos que ocuparão a totalidade de seus membros.

Haverá um Órgão de Fiscalização composto por três membros, e não poderão ser eleitos mais do que dois membros do Órgão de Fiscalização que tenham residência legal no mesmo país, ou mais de um membro que se encontre vinculado por motivos de emprego ou assessoria a uma mesma Companhia e/ou a uma Sociedade Vinculada, radicadas ou não em um mesmo país. Seus mandatos durarão dois anos.

**artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003, 31 de março de 2004 e 29 de junho de 2005.*

ARTIGO 22: Se o número de membros da Diretoria ficar reduzido a menos da maioria absoluta do total, os restantes deverão convocar a Assembléia Extraordinária dentro dos 15 dias seguintes, para realizar dentro dos próximos 30 dias uma nova Assembléia Extraordinária, a fim de sua integração. Em caso de ausência total do corpo, o Órgão de Fiscalização cumprirá tal convocação, tudo isso sem prejuízo das responsabilidades que sejam incumbidas aos membros da diretoria que renunciaram. Em ambos os casos, o órgão que efetua a convocação terá todas as faculdades inerentes para a realização da Assembléia ou para a realização dos comícios.

** artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 23: A Diretoria se reunirá pelo menos uma vez a cada três meses, no dia e hora determinados em sua primeira reunião anual e, além disso, toda vez que seja citada pelo presidente ou a pedido do Órgão de Fiscalização ou dois de seus membros, devendo nestes últimos casos realizar a reunião dentro dos 15 dias. A citação será feita por meio de circulares com 10 dias de antecedência. As reuniões serão válidas com a presença da maioria absoluta de seus membros designados, solicitando-se para as

resoluções o voto de igual maioria dos presentes, salvo para as reconsiderações que requeiram o voto das terças partes, em sessão de igual ou maior número de assistentes do que aquela em que se decidiu o tema a reconsiderar.

** artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 24: A Comissão Eleitoral será composta por três associados, e não poderão ser eleitos mais do que dois membros que tenham sua residência legal em um mesmo país, ou mais de um membro que se encontre vinculado por motivos de emprego ou assessoria a uma mesma Companhia e/ou a uma Sociedade Vinculada, radicada ou não em um mesmo país. Será eleita pela Assembléia Geral Ordinária. Esta comissão ficará a cargo de tudo relativo ao ato das eleições, assim como a realização do escrutínio e a determinação de seus resultados e dos candidatos vitoriosos. Tem faculdades para chamar a Assembléia Extraordinária em caso de irregularidades graves na eleição. Esta durará em seus cargos durante dois anos desde a sua convocação, ou até que os novos integrantes da Comissão Eleitoral tenham tomado posse de seus cargos.

**artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de Abril de 2003, 31 de março de 2004 e 29 de junho de 2005*

ARTIGO 25: A eleição para membros da Diretoria será realizada dentro dos cento e oitenta dias seguintes a Assembléia Ordinária. O voto será secreto e poderá realizar-se pelo correio ou correio eletrônico mediante mecanismos que garantam de modo irrefutável a identidade do eleitor e o segredo do voto.

Cada associado poderá exercer seu direito ao voto estabelecido no Artigo 7º e 19 tantas vezes quanto os cargos estejam sendo eleitos, mas só poderá conceder a um mesmo candidato a quantidade que estabelece tal Artigo. Os candidatos serão votados de forma individual entre aquelas pessoas que tenham sido nomeadas em tempo e forma. Estarão eleitos os candidatos que sejam mais votados em igual número que os cargos em disputa.

**artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 26: São atribuições e deveres da Diretoria:

- a. Executar as resoluções das Assembléias, cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os regulamentos, os interpretando em caso de dúvida com a responsabilidade de dar conta para a Assembléia mais próxima que se realize,
- b. Exercer a administração da LACNIC,
- c. Convocar Assembléias,
- d. Resolver a admissão dos que querem ingressar como sócios,
- e. Expulsar ou sancionar os associados,
- f. Nomear o pessoal necessário para o cumprimento da finalidade social, fixar salários, determinar as obrigações, sancionar e despedir,
- g. Apresentar para a Assembléia Geral Ordinária o Relatório, Balanço Geral, Inventário, Gastos e Recursos e Informativo do Órgão de Fiscalização. Todos estes documentos deverão ser conhecidos dos sócios de acordo com a antecedência solicitada pelo art. 15 para a convocação da Assembléia Ordinária,
- h. Ditar as regulamentações internas necessárias para o cumprimento das finalidades, que deverão ser aprovadas pela Assembléia. Excetuando-se aquelas regulamentações que não tenham conteúdo do estatuto,
- i. Aprovar as metodologias de desenvolvimento da LACNIC,

j. Aprovar as políticas de administração e concessão dos recursos de internet sob a responsabilidade da LACNIC, os quais deverão ser referendados pela primeira assembléia de sócios que se realize.

** artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

ARTIGO 27: O Órgão de Fiscalização terá as seguintes atribuições e deveres:

- a. Controlar permanentemente os livros e a documentação contábil que respaldem os assentamentos, fiscalizando a administração, e comprovando o estado de caixa e a existência dos fundos, títulos e valores,
- b. Verificar o cumprimento das leis, o Estatuto e os regulamentos,
- c. Anualmente ditarão sobre o Relatório, Inventário, Balanço Geral e Gastos e Recursos apresentadas pela Diretoria para a Assembléia Ordinária ao encerramento do exercício,
- d. Convocar a Assembléia Ordinária quando a Diretoria não o faça, previa intimação à mesma por 15 dias,
- e. Solicitar a convocação da Assembléia Extraordinária quando julgue necessário pondo os antecedentes que fundamentam seu pedido em conhecimento da Direção Geral de registros, Associações Civas e Fundações quando a Diretoria se negue a ter acesso a isto,
- f. Convocar a Assembléia Extraordinária, informando ao Organismo de Controle, quando esta foi solicitada a Diretoria pelos associados, de acordo com o art. 14,
- g. Vigiar as operações de liquidação da LACNIC.
- h. O Órgão de Fiscalização cuidará para exercer suas funções de modo que não atrapalhe a regularidade da administração social.

** artigo modificado na Assembléia de Membros de 24 de abril de 2003*

CAPÍTULO VIII O TESOUREIRO

ARTIGO 30: O tesoureiro ou quem quer que o substitua, de acordo com os regulamentos, deve:

- a. Estar presente em reuniões da Junta e nas Assembléias,
- b. Manter o registo de sociedade junto com o secretário, e ser responsável pela coleta de taxas dos membros,
- c. Manter os livros-caixa da contabilidade,
- d. Apresentar as folhas de balanço mensal à Junta e preparar o relatório anual, que, uma vez aprovado pela Junta será submetido à Assembléia Ordinária,
- e. Assinar conjuntamente com o presidente os recibos e outros documentos da tesouraria, efetuando os pagamentos aprovados pela Junta,
- f. O depósito em conta corrente em nome de LACNIC, com a assinatura conjunta do presidente e do tesoureiro, de todos os fundos coletados, podendo manter na mesma o volume que a Junta determinar,
- g. Relatar o estado econômico da entidade à Junta, e ao órgão de controle, sempre que requerido.

CAPÍTULO X DISOLUCION Y LIQUIDACION

ARTIGO 32: A Assembléia não pode decretar a dissolução de LACNIC enquanto houver um número de membros que desejam suportar e assegurar funcionamento regular de seus órgãos sociais. Se a dissolução tornar-se efetiva, os liquidatários serão

designados, e estes podem ser a própria Junta, ou todo e qualquer outro comitê de membros que a Assembléia designar. O órgão de controle deve supervisionar as operações da liquidação de LACNIC. Uma vez que os débitos forem pagos completamente, o restante dos bens possuídos será destinado a uma organização de caridade, estabelecida legalmente no país e isenta de qualquer taxa nacional, estadual ou municipal. O destinatário destes bens será designado pela Assembléia de Dissolução.